

Com. Brasil
Como a cocaína que vicia o consumidor ou a morfina que alivia a dor (e também vicia), a generalizada indexação tornou-se o mecanismo que, ao mesmo tempo, permite a convivência com a inflação — ainda que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, considere que ela não é mais “convivível” — e a realimenta, impedindo sua queda mais rápida e persistente, mesmo quando suas causas estruturais são adequadamente atacadas.

Criada pela dupla Octávio Gouvêa de Bulhões-Roberto Campos no governo Castello Branco para evitar que a União continuasse perdendo receita com os devedores do Fisco (esses devedores ganhavam com a desvalorização de seus débitos provocada pela inflação) e restabelecer a credibilidade dos papéis do governo, a correção monetária deveria ter vida curta, de alguns meses, pois sua extinção deveria ocorrer tão logo a inflação começasse a declinar. Mas tornou-se de tal modo entranhada na vida econômica do País, produzindo, entre outros efeitos nocivos, aquilo que os economistas chamam de “rigidez” inflacionária — isto é, resistência da inflação à queda —, que um de seus criadores, o professor Bulhões, passou os últimos anos de sua vida lutando para exterminá-la.

Era mais do que sabido, por isso, que colocado em prática o Programa de Ação Imediata (PAI) do ministro Fernando Henrique Cardoso e conhecidos alguns resultados, seu desdobramento natural, ou seu “filho natural”, seria a desindexação. Ela pode ser gradual, com alguma forma de prefixação, ou rápida, por meio de medidas de impacto como uma “âncora cambial” baseada numa taxa de câmbio fixa que leve à estabilização dos demais preços.

Portanto, ao afirmarem publicamente que a indexação poderá ser atacada no início de 1994, o ministro da Fazenda e seus assessores não estão anunciando nenhuma novidade. De novo, aí, apenas o prazo. E ao, pela primeira vez, mencionarem um prazo, estão dando a entender que os resultados de

seu programa são melhores do que se pensa aqui na planície, pois todos sabem que, sem avanços importantes no caminho do saneamento financeiro do setor público, Fernando Henrique e sua equipe não pensariam em medidas heterodoxas.

Com a votação da política salarial, hoje, a equipe econômica espera obter uma vitória que lhe assegure a tranquilidade necessária para continuar realizando seu trabalho.

Como resultados já visíveis desse trabalho temos a evolução favorável do comportamento das receitas e das despesas. Na coluna da receita, o governo vem acumulando ganhos expressivos com a caça aos sonegadores. Quarenta dias depois de feitas algumas prisões, a Receita contabiliza um ganho mensal de US\$ 500 milhões na arrecadação. O crescimento da produção — o economista Antônio Barros de Castro considera que, pelos números já conhecidos, “difícilmente o PIB brasileiro deixará de ultrapassar 7% de crescimento em 1993” — deverá melhorar ainda mais a arrecadação de impostos.

Por causa dos resultados conseguidos na coluna da receita e de cortes nas despesas, o Tesouro Nacional fechou o primeiro semestre com um superávit primário equivalente a 3% do PIB. Para este semestre, o Ministério da Fazenda livrou-se das pressões por liberações de verbas feitas pelos demais ministérios, por meio de um decreto estabelecendo o cronograma de liberação automática dos recursos até o final do ano (ver editorial acima).

Além disso, o governo vem apertando o cerco às empresas estatais, está concluindo, de maneira silenciosa, a complicada negociação para a rolagem das dívidas dos Estados e municípios e, agora, acelera os estudos para a reforma constitucional.

Esses progressos não se refletem ainda nos índices inflacionários, mas a equipe econômica parece julgá-los suficientes para que comece a pensar na próxima etapa de seu plano.